



PLENÁRIO DO CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS
Ata da 151ª reunião, realizada em 15 de julho de 2026

1 Em 15 de julho de 2026, reuniu-se ordinariamente o Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERH),
2 por meio de videoconferência realizada pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento
3 Sustentável (SEMAD). Compareceram os seguintes conselheiros titulares e suplentes: a presidente suplente Clara
4 Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira, representante da SEMAD; Representantes do Poder Público: Lorena
5 Gonçalves Brito, da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Ângelo Luiz Rezende,
6 da Secretaria de Estado de Cultura e Turismo (Secult); Clésio César Galvão Filho, da Secretaria de Estado de
7 Desenvolvimento Econômico (Sede); Ana Silvia Gama Pereira Barbosa, da Secretaria de Estado de Educação (SEE);
8 Marina Guimarães Silva Bitencourt, da Secretaria de Estado de Governo (Segov); Carlos Eduardo Sales Alves Filho,
9 da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias (Seinfra); Elaisa Teixeira de Jesus Mamede, da
10 Secretaria de Estado de Saúde (SES); Pedro Andrade Perillo, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
11 (MPMG); Representantes dos Municípios: Vitor de Andrade Coelho, da Prefeitura de Betim; Luã Felipe Barbosa,
12 da Prefeitura de Itapeva; Emanuele Mares Oliveira, da Prefeitura de Jordânia; Jhonata Soares Coelho, da
13 Prefeitura de Mantena; Vinícius Moraes Perdigão, da Prefeitura de Nova Era; Gabriela Aparecida Lopes Carias, da
14 Prefeitura de Rio Pomba; Gustavo Alvarenga Rodrigues, da Prefeitura de Lavras; Fábio de Cássio Torezan, da
15 Prefeitura de Patrocínio; Géssica Pereira Santana, da Prefeitura de Taiobeiras; Representantes de Usuários de
16 Recursos Hídricos: Renato Junio Constâncio, da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig); Nelson Cunha
17 Guimarães, da Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa); Henrique Damásio Soares, da Federação da
18 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Patrícia Sena Coelho Cajueiro, da Federação das
19 Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg); Maria de Lourdes Pereira dos Santos, do Instituto Brasileiro de
20 Mineração (Ibram); Maria Aparecida Borges Pimentel Vargas, da Associação Brasileira de Geração de Energia
21 Limpa (Abragel); Jadir Silva de Oliveira, da Associação das Indústrias Sucroenergéticas de Minas Gerais (Siamig);
22 Leonardo Romano, da Associação de Aquicultores e Empresas Especializadas do Estado de Minas Gerais (Peixe
23 MG); Heloísa Cristina França Cavallieri, do Serviço Autônomo de Saneamento Básico (SAAE Itabirito); Heleno Maia
24 Santos Marques do Nascimento, do Instituto Heleno Maia de Proteção à Biodiversidade (IHMBio); Representantes
25 de Entidades da Sociedade Civil: Ana Paula Randazzo Baroni Valadares, da Associação para a Proteção Ambiental
26 do Vale do Mutuca (Promutuca); Coryntho José de Oliveira Filho, do Instituto Espinhaço - Biodiversidade, Cultura
27 e Desenvolvimento Socioambiental; Mauricio Nicolau de Assis Bertachini, da Associação Brasileira de Águas
28 Subterrâneas - Núcleo Minas Gerais (Abas/MG); José Antônio da Cunha Melo, da Associação Brasileira de
29 Engenharia Sanitária e Ambiental (Abes); Fábio da Cunha Garcia, do Conselho Regional de Biologia da 4ª Região
30 (CRBio 04); Sylvio Luiz Andreozzi, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU); Flávio Pimenta de Figueiredo, do
31 Instituto de Ciências Agrárias (ICA) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Campus Montes Claros;
32 Fernando Neves Lima, da Universidade Federal de Itajubá (Unifei). **Assuntos em pauta. 1) ABERTURA.** Verificado
33 o quórum regimental, a presidente suplente Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira declarou aberta a 151ª
34 reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos e fez leitura do Memorando da SEMAD com sua
35 designação para presidir a sessão. **2) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.** Executado o Hino Nacional
36 Brasileiro. **3) COMUNICADO DOS CONSELHEIROS.** Não houve comunicados. **4) COMUNICADO DA SECRETARIA**
37 **EXECUTIVA.** Não houve comunicados. **5) EXAME DA ATA DA 150ª REUNIÃO.** Aprovada por unanimidade a ata da
38 150ª reunião do Plenário do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, realizada em 20 de maio de 2026. Votos
39 favoráveis: Abas, Abragel, Cemig, Copasa, Faemg, Fiemg, Ibram, MPMG, Peixe MG, Prefeitura de Lavras, Prefeitura
40 de Rio Pomba, Prefeitura de Taiobeiras, Promutuca, SAAE de Itabirito, Seapa, Sede, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD,
41 Siamig, UFU e Unifei. Abstenções: CRBio, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Jordânia, Prefeitura de Mantena,
42 Secult e SES. Ausências: Abes, UFMG, IHMBio, Instituto Espinhaço, Prefeitura de Itapeva, Prefeitura de Nova Era
43 e Prefeitura de Patrocínio. Justificativas de abstenções. Conselheiro Fábio da Cunha Garcia/CRBio: "Eu vou me
44 abster porque o titular não participou da última reunião." Conselheiro Vitor de Andrade Coelho/Prefeitura de

45 Betim: “Apesar de ter participado da reunião, não tive tempo de fazer a leitura.” Conselheira Emanuele Mares
 46 Oliveira/Prefeitura de Jordânia: “Abstenção, pois eu não estava presente na reunião.” Conselheiro Jhonata Soares
 47 Coelho/Prefeitura de Mantena: “Eu vou me abster também porque eu não participei da última reunião.”
 48 Conselheiro Ângelo Luiz Rezende/Secult: “Não participei da última reunião.” Conselheira Elaisa Teixeira de Jesus
 49 Mamede/SEE: “Eu não participei da última reunião.” **6) MINUTA DE DELIBERAÇÃO CERH-MG PARA EXAME E**
 50 **DELIBERAÇÃO. 6.1) Minuta de Deliberação CERH-MG que altera a Deliberação CERH-MG nº 580, de 27 de março**
 51 **de 2024, aprovando a destinação do percentual de custeio final (%PCF) de 18,2% à AGEVAP - Filial AGEGRANDE,**
 52 **para o exercício das funções de Agência de Bacia nas Circunscrições Hidrográficas GD1, GD2, GD3, GD4, GD5,**
 53 **GD6, GD7 e GD8, em conformidade com a metodologia estabelecida no Capítulo II da Deliberação Normativa**
 54 **CERH-MG nº 98, de 25 de abril de 2025, e os valores fixados na Portaria IGAM nº 22, de 8 de agosto de 2025.**
 55 **SEI/nº 2240.01.0001468/2026-39. Responsável: Gerência de Apoio às Agências de Bacia Hidrográfica e Entidade**
 56 **Equiparada (GEABE/IGAM).** Minuta de Deliberação Normativa aprovada por unanimidade conforme apresentada
 57 pela Geabe/IGAM. Transcrição das apresentações, discussões e votação. Presidente Clara Oyamaguchi Pinheiro
 58 de Araújo Moreira: “Antes de entrarmos em regime de votação, pergunto aos conselheiros se alguém tem alguma
 59 manifestação, algum questionamento.” Conselheiro Henrique Damásio Soares/Faemg: “Eu trouxe um pouco de
 60 preocupação com a documentação que foi disponibilizada para esta reunião e, respeitosamente, entendo que
 61 incompleta. Em qual sentido? O parecer da Advocacia do IGAM, tanto o jurídico quanto o técnico, muito bem
 62 feito — e aqui com todo respeito —, fala que essa alteração pode ser vinda de DN, mas traz a nós, conselheiros,
 63 a responsabilidade se essa motivação de mérito é suficiente. Então deixa expressamente alertado no parecer que
 64 cabe a nós conselheiros avaliar se no mérito esse aumento de 18,2% é válido. Diante disso, eu faço alguns
 65 questionamentos e até peço desculpa se esse tema já foi abordado em outras reuniões; não participei. Mas em
 66 virtude da dinâmica deste Colegiado, Plenário do CERH, eu entendo que deveriam estar todas essas minhas
 67 perguntas já previamente colocadas em um relatório mais preciso dentro dos documentos da reunião. Quais
 68 novos mecanismos de controle e transparência serão incluídos no termo de aditivo ao contrato de gestão para
 69 auditar aplicação exclusiva do percentual de 18,2% nesse custeio administrativo ligado à Bacia do Rio Grande? No
 70 próprio parecer também foi dispensada a Avaliação de Impacto Regulatório. Diante desse tema sensível, que é a
 71 relação dos usuários pagadores, por que o IGAM não optou por realizar voluntariamente essa AIR e apresentar
 72 para a sociedade civil como essas alternativas regulatórias, se não houve esse estudo prévio? Se o coeficiente de
 73 inadimplência ponderada reduzir ao longo do tempo — devido às melhorias de fiscalização, de informação —,
 74 esse percentual de 18,2% será automaticamente reduzido ou permanecerá fixado na Deliberação de
 75 equiparação? O aumento de repasse de custeio administrativo será acompanhado de uma revisão proporcional
 76 dessas metas físicas operacionais? Como o IGAM garantirá que o incremento financeiro resulte em maior
 77 eficiência administrativa e não apenas em inflação dos custos estruturais? Esse acréscimo de aproximadamente
 78 10,7 pontos percentuais será direcionado para suprir quais necessidades específicas? Há previsão de expansão de
 79 quadro de pessoal, abertura de novas sedes físicas ou aquisição de novas tecnologias? De que maneira a
 80 Agegrande comprova que o percentual atual de 7,5 inviabiliza o suporte operacional e técnico aos Comitês?
 81 Existem relatórios de auditoria ou balanços que demonstram o déficit acumulado sobre a regra antiga? Eu acho
 82 que deveria ter sido feita — se já fez, que tivesse sido acostada aos autos — uma apresentação detalhada de uma
 83 planilha, memória de cálculo, que resultou nesse índice de 18,2%. Quais foram os valores específicos adotados
 84 para o montante total? As faixas regressivas aplicadas e os coeficientes de inadimplência utilizados na média
 85 ponderada. Qual será a redução também proporcional aos recursos disponíveis para investimentos diretos em
 86 projeto de revitalização, recuperação e preservação ambiental na Bacia decorrente desse aumento? Porque esse
 87 aumento no custeio diminui o valor para esses projetos. Essas são as minhas indagações do que, como
 88 representante da Federação da Agricultura do Estado de Minas Gerais, eu senti falta para ter a plena tranquilidade
 89 de estar votando. Não estou aqui entrando no mérito se é razoável ou não, mas o parecer do IGAM simplesmente
 90 fala: ‘É legal por deliberação normativa, mas cabe aos conselheiros avaliarem esse percentual’. Mas sem nenhum
 91 dado essa avaliação não tem como ser feita. Então entendo que essa matéria é prejudicada na análise de hoje.
 92 Sinceramente, respeitosamente, gostaria que vocês enxergassem as minhas colocações. Eu não sei a opinião de
 93 outros conselheiros, se só eu que tenho essa opinião, mas senti essa total insegurança. Pensei muito antes de vir.
 94 Até gostaria que essas minhas frases, palavras, manifestações ficassem registradas em ata, porque somos
 95 cobrados pela diretoria da Faemg pelas nossas posições. Dormi mal essa noite pensando nisso. A princípio, tinha
 96 até pedido para pedir vista dessa DN. Mas, no sentido de colaborar com todo esse processo, eu estou numa

97 situação muito desconfortável aqui sem essas informações. Se vocês têm essas informações, por que não
 98 disponibilizaram para nós? Porque, infelizmente, o parecer do IGAM fala: ‘É legal essa alteração, está prevista na
 99 DN, mas compete a vocês conselheiros avaliarem’. E eu não consigo avaliar sem ter nenhum documento dessas
 100 informações em mãos. Eu fico nessa situação. Eu não sei se outros têm também esse mesmo entendimento meu
 101 ou se só eu que estou tendo esse entendimento. Então eu gostaria que vocês enxergassem de uma pessoa que
 102 atua no Conselho Estadual de Recursos Hídricos sempre para colaborar.” Presidente Clara Oyamaguchi Pinheiro
 103 de Araújo Moreira: “Muito obrigada, conselheiro. Eu queria ver se o Michael, o gerente da Geabe, consegue
 104 esclarecer alguns dos pontos mencionados pelo conselheiro.” Michael Jacks de Assunção/IGAM: “Bom dia,
 105 senhora presidente. Bom dia, demais conselheiros. Perfeitamente, até me surpreendem um pouco esses
 106 questionamentos, mas vamos lá. Primeiro, tudo que o colega conselheiro apontou como dúvidas já foi
 107 previamente discutido em outros momentos da própria definição da Deliberação Normativa do Conselho Estadual
 108 nº 98. Para tentar esclarecer para ele, vou fazer um breve contexto histórico de como se chegou a essa minuta de
 109 deliberação que está em pauta. Tudo começou com a Lei do Fhidro, em 2024, que provocou uma alteração na Lei
 110 Estadual nº 13.199, a Lei de Recursos Hídricos, a qual aumentou o percentual destinado ao custeio dos entes do
 111 Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos para até 20%, mediante a aprovação do Conselho
 112 Estadual de Recursos Hídricos. Tendo em vista essa alteração, nós enxergamos uma necessidade de regulamentar
 113 como se daria esse até 20% que seria destinado para o custeio. Depois de uma ampla discussão que foi feita aqui
 114 no próprio Conselho Estadual, foi aprovada então a Deliberação Normativa CERH nº 98, de 2025, ou seja, ano
 115 passado, onde ficou estabelecida uma metodologia que seria utilizada para apurar o percentual que seria
 116 destinado ao custeio das entidades equiparadas a Agência de Bacia Hidrográfica. Essa metodologia tem como
 117 parâmetro geral o potencial de arrecadação de cada uma das Circunscrições Hidrográficas, tendo como referência
 118 a Bacia federal, dentro do contexto de integração da gestão de recursos hídricos. Essa metodologia considera a
 119 integração da gestão e tem como referência o potencial de arrecadação de todas as Bacias que compõem uma
 120 Bacia federal; e leva em consideração o percentual de inadimplência. Então essa metodologia é utilizada para
 121 calcular o percentual que vai vigorar por cinco anos, e depois de cinco anos há uma atualização desse percentual,
 122 até para pegarmos o contexto histórico de potencial de arrecadação etc. Então a partir dessa DN, dessa normativa,
 123 se definiu a metodologia, e caberia ao IGAM pegar essa metodologia e calcular, a partir dos dados que nós temos
 124 de potencial de arrecadação e inadimplência, quais seriam os percentuais para cada uma das conjunturas de
 125 Bacia, tendo como referência a Bacia federal. O IGAM publicou essa deliberação, e tem para cada uma delas —
 126 São Francisco, Doce, Paranaíba, Grande, Paraíba do Sul e PJ — um percentual que foi calculado. Para algumas
 127 conjuntas, ficou definido a 20% a partir da metodologia. No São Francisco, ficou definido 11,4%, no Paranaíba,
 128 16%, se eu não me engano, e no Grande o percentual que está sendo colocado aqui. Esses novos percentuais vão
 129 vigorar de forma automática para os processos de equiparação de entidades e celebração de contrato de gestão
 130 posterior à DN. Só que para aqueles contratos vigentes no momento em que a DN foi aprovada há um regime de
 131 transição. Esse regime de transição que foi estabelecido já previa alguns ritos na própria DN, como por exemplo
 132 a aprovação de todos os Comitês envolvidos naquele processo. O que isso quer dizer? No caso em questão de que
 133 estamos falando da Agegrande, nos Comitês Afluentes do Grande, nós celebramos um contrato de gestão com a
 134 entidade em 2024, e até então o percentual de custo era de 7,5%, que era o limite previsto na Lei 13.199, antes
 135 da sua alteração. Quando tem esse contrato de gestão vigente com 7,5%, nós precisamos acionar o regime de
 136 transição previsto na DN 98, que é a partir da provocação da própria entidade. Então a entidade provoca os
 137 Comitês Afluentes da necessidade de reajustar esse percentual conforme a DN estabeleceu. Os Comitês então
 138 vão fazer essa avaliação e deliberar. Então nós temos as deliberações dos sete Comitês de Bacia Hidrográfica
 139 aprovando esse reajuste do percentual de 7,5 para o percentual definido na Deliberação, que é de 18,2%. Essas
 140 deliberações vêm para o IGAM, e nós fazemos toda a instrução processual de conformidade para então fazer essa
 141 alteração. A partir do momento em que for aprovado pelo Conselho, caso seja aprovado, nós vamos ter que fazer
 142 um termo aditivo ao contrato de gestão para atualizar esse percentual que vai ser destinado para o custeio da
 143 entidade, para poder fazer sua estruturação. Então esse é um primeiro ponto dentro do contexto normativo de
 144 como nós chegamos a esses 18,2%. Em termos operacionais da entidade, esse é um recurso que seriam 18,2%
 145 retirados da arrecadação de cada uma das oito Circunscrições Hidrográficas do Grande, que vão ser destinados
 146 para o custeio da entidade. O que esse custeio vai proporcionar para a entidade? Ela vai investir na estruturação
 147 física da sua sede administrativa para poder ter, além de uma estrutura administrativa, um corpo operacional
 148 para atender a todos os oito Comitês de forma unificada. O que isso quer dizer? Com esse recurso, ela vai

149 estruturar uma equipe de compras, uma equipe de financeiro, vai poder contratar escritório de contabilidade,
 150 escritório de advocacia. Então toda a remuneração vai ser compartilhada com esse recurso de custeio para poder
 151 atender a todos os oito Comitês de Bacia Hidrográfica. E isso já era entendimento, vamos dizer assim, que 7,5%
 152 eram insuficientes para as Bacias Hidrográficas, ainda mais num contexto de arrecadação que nós temos. Então
 153 quando foi provocada essa alteração na lei nós já tínhamos essa avaliação de que era insuficiente, tanto que
 154 fizemos essa alteração da lei para até 20%; e aí fizemos essa Deliberação Normativa nº 98, regulamentando como
 155 seria a destinação desses recursos. Então basicamente as Bacias que arrecadam mais, quanto maior for a
 156 arrecadação, o potencial de arrecadação, menor vai ser o percentual destinado de custeio para aquela Bacia
 157 Hidrográfica. De modo geral, se consegui captar todo o questionamento levantado pelo conselheiro Henrique,
 158 acho que é mais ou menos isso. Só complementando, você perguntou da questão dos dados, não colocamos os
 159 dados ali porque já estão definidos na própria Deliberação Normativa a metodologia e o percentual. Então já foi
 160 definido na portaria. Então nós entendemos que não caberia colocar essa memória de cálculo por que chegou a
 161 18,2%, porque isso já estava definido. Não sei se consegui esclarecer.” Conselheiro Henrique Damásio
 162 Soares/Faemg: “Michael, eu agradeço e achei importante a sua colocação. Como é gravado e nos debruçamos
 163 sobre os temas, quando você falou ‘até me surpreende’, eu honestamente não recebi muito bem essa sua frase
 164 inicial. Sei que você é um cara do bem, acompanho seu trabalho e de todos do IGAM.” Michael Jacks de
 165 Assunção/IGAM: “Eu peço desculpa, Henrique, não foi minha intenção te ofender.” Conselheiro Henrique
 166 Damásio Soares/Faemg: “Para nós não surpreende quem quer contribuir e colaborar, avaliar. Porque tem recurso
 167 da Axia de R\$ 8,7 bilhões para a Bacia. Então nós estamos falando em 18%, mas tem recurso para projetos e tudo
 168 mais. O que eu quis dizer não sei se foi bem entendido. Mas quais? Porque estamos aqui sempre no campo
 169 abstrato. É nesse sentido. Eu estou votando, ok, tem a DN; inclusive, a Faemg deve ter aprovado. Não estou
 170 entrando no mérito. Mas quais? Por quê? Então vai ampliar a sede, mas cadê um memorial de custo? Quando
 171 vou apresentar um projeto na Faemg, eu tenho que apresentar memorial de cálculo descritivo. Por que isso não
 172 veio à baila aqui na reunião? Não estou querendo polemizar, mas senti falta disso. Eu não estou querendo inventar
 173 a roda, mas é muito nesse sentido, porque vemos que tem recursos suficientes. Uma discussão que temos muito
 174 aqui, tanto com o Marcelo quanto com o Thiago. Até abri uma mensagem do Thiago sobre a questão da
 175 arrecadação. Enquanto não melhorarmos a comunicação com o nosso usuário produtor... Ele tem que acessar o
 176 módulo Sistema de Gestão de Bacia Hidrográfica, selecionar, localizar sua outorga, tirar a guia para pagar.
 177 Infelizmente, o nosso público não tem essa característica de fazer isso. Então nós vamos continuar tendo essa
 178 inadimplência. Enfim, nós vamos entrar numa discussão que não é aqui agora, mas é nesse sentido. Nós ficamos
 179 nessa situação, mas me dei por satisfeito. Muito obrigado.” Michael Jacks de Assunção/IGAM: “Henrique, eu acho
 180 pertinente a sua colocação. Nós podemos até estudar a forma de aperfeiçoar essa dinâmica. Como eu disse, foi a
 181 partir de uma construção normativa que se chegou a esses 18,2%. E essa questão do que isso vai impactar, que
 182 vai aumentar em termos de estrutura para a entidade, o que seria o ganho para a gestão, de certa forma, foi até
 183 demonstrada quando essa discussão passou pelos Comitês. Mas acho pertinente essa colocação. Já que o CERH
 184 vai deliberar e essa informação é pertinente, não ficar só nos Comitês essa dinâmica de entidade e Comitês, o que
 185 isso vai impactar ou não. Para não ficar uma questão só protocolar e pró-forma, ‘o CERH só vai deliberar e está
 186 tudo certo’, nós podemos, nas próximas, trazer essa documentação também; não ficar só no Comitê.” Thiago
 187 Figueiredo Santana/IGAM: “Conselheiro Henrique, quero aproveitar o seu questionamento e esclarecer algumas
 188 questões pontuais. A questão da Axia, que são projetos levados ao Comitê de Desestatização da Eletrobrás, de
 189 atuação no reservatório de Furnas, na Bacia do Rio Grande, são projetos que devem ser apresentados a esse
 190 Comitê para serem agraciados com essa fonte de financiamento. Para tal, os Comitês precisam ter um braço
 191 executivo forte, robusto, para a elaboração desses projetos. É uma cultura que nós temos tentado agora induzir
 192 e fortalecer junto aos Comitês de Bacia a questão dos projetos de gaveta, tendo em vista as oportunidades que
 193 vão surgindo, dentre elas, na Bacia do Rio Grande, a Axia. E para tal os Comitês precisam ter uma estrutura de
 194 suporte técnico robusta. Nós sabemos que o recurso da Cobrança não vai ser a fonte que conseguirá esgotar todas
 195 as soluções para os problemas que existem. Dentro desse contexto, foi proposta alteração na Lei 13.199, que
 196 trouxe essa possibilidade dos aumentos percentuais aprovados pelo Comitê de Bacia, justificada pela Agência de
 197 Bacia essa motivação, o que vai ser ofertado de serviço e suporte a partir desse novo percentual. Sobre a questão
 198 dessa nova estrutura, é importante colocar o seguinte aspecto. Esta situação de nova estrutura a ser ofertada é
 199 apresentada dentro dos instrumentos de planejamento e aplicação do recurso da Cobrança aos Comitês. Nós
 200 temos o PAP, o Plano Plurianual de Aplicação, e o POA, o Plano Orçamentário Anual. Eles são apresentados ao

201 Comitê de Bacia e aprovados. Dentro desses instrumentos de planejamento de execução financeira, os Comitês
 202 têm a transparência descritiva de onde serão empregados os recursos. Eu acho bom esse tipo de questionamento,
 203 porque nivelamos todos os conselheiros nessa mesma página. Porque alguns conselheiros estão no CERH, e
 204 muitas vezes não estão nos Comitês de Bacia, e não têm essa rotina de ações dentro do calendário dos Comitês.
 205 Sobre a questão de controles, é muito importante colocar que Minas Gerais é um Estado expoente na gestão de
 206 recursos hídricos e nos controles sobre a aplicação do recurso da Cobrança. No ano passado, foi promulgado o
 207 decreto que é o Marco Regulatório dos Contratos de Gestão, o Decreto 49.023. É o segundo decreto relativo ao
 208 tema específico sobre os contratos de gestão, em que nós temos desde controles a serem implementados pela
 209 Agência, o monitoramento efetuado pelo Comitê do que lhe é entregue de serviços e também de projetos; e
 210 dentro do IGAM sobre os controles auditáveis na área técnica e financeira. Então toda essa execução do recurso
 211 da Cobrança tem mecanismos de controle interno e externo ao IGAM que são rigidamente aplicados. É importante
 212 colocar essa situação que anualmente é apresentado o relatório anual de execução dos recursos da Cobrança,
 213 aprovado pelo Comitê, analisado pelo IGAM e que dá a segurança e o controle da aplicação do recurso público.
 214 Então é só para trazermos que o arcabouço legal, os mecanismos de planejamento de aplicação — esses
 215 aprovados pelos Comitês — e mecanismos de controle aplicados pelo Estado dão a segurança sobre o
 216 acompanhamento da execução desse recurso. Qualquer dúvida, estamos à disposição.” Presidente Clara
 217 Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira: “Pergunto se o Henrique ou algum outro conselheiro gostaria de se
 218 manifestar antes de entrarmos em regime de votação. Sem manifestações. Entrando em regime de votação pela
 219 aprovação da minuta de Deliberação CERH-MG que altera a Deliberação CERH-MG nº 580, de 27 de março de
 220 2024.” Processo de votação. Votos favoráveis: Abas, Abragel, Cemig, Copasa, CRBio, Faemg, Fiemg, Ibram,
 221 Instituto Espinhaço, MPMG, Peixe MG, Prefeitura de Betim, Prefeitura de Jordânia, Prefeitura de Lavras,
 222 Prefeitura de Mantena, Prefeitura de Nova Era, Prefeitura de Patrocínio, Prefeitura de Rio Pomba, Prefeitura de
 223 Taiobeiras, Promutuca, SAAE de Itabirito, Seapa, Secult, Sede, SEE, Segov, Seinfra, SEMAD, SES, Siamig, UFU e
 224 Unifei. Ausências: Abes, UFMG, IHMBio e Prefeitura de Itapeva. Destaques de votos favoráveis. Conselheiro
 225 Henrique Damásio Soares/Faemg: “Agradeço as colocações do Thiago. Acho que é importante que toda esta
 226 reunião seja transcrita na íntegra, na ata, todas essas discussões, porque somos cobrados pelos produtores rurais,
 227 que fazem o pagamento do recurso hídrico, por essa transparência. Então acredito que precisamos dar mais
 228 transparência, porque o usuário não vai acessar o POA e ficar olhando para onde estão indo esses recursos que
 229 ele paga a duras penas. Porque, além desse recurso, tem um recurso da Cemig, da bomba que liga a água. Então
 230 não é só a água; a irrigação soma esses recursos. Então o quanto mais de transparência, onde acessar esses POAs,
 231 vamos divulgar. Sabemos do trabalho do IGAM, e isso não estamos colocando em xeque de forma alguma. É um
 232 órgão no qual temos total confiança. Mas é nesse sentido. Diante das suas explicações, e no sentido de termos
 233 sim a transparência que eu falei. O produtor comum que está lá em Itamarandiba, por exemplo, sabe onde está
 234 sendo usado o recurso dele, consegue visualizar? É nesse sentido que precisamos sim da publicidade. Nós somos
 235 cobrados diuturnamente. Muito obrigado. Voto favorável.” Conselheiro Jadir Silva de Oliveira/Siamig: “Eu
 236 aproveito a oportunidade para registrar o meu apoio às manifestações do Henrique, da Faemg. Achei muito
 237 interessante, até comentei com ele: abriu os nossos olhos para uma situação que eu não havia percebido na
 238 documentação. Achei muito pertinentes as colocações feitas pelo Henrique. Parabéns, Henrique.” Conselheiro
 239 Sylvio Luiz Andreozzi/UFU: “Senhora presidente, eu gostaria de registrar meu voto. Eu vou votar favorável para
 240 respeitar a decisão tomada pelos Comitês Afluentes, pelo conjunto de Comitês do Rio Grande que optaram por
 241 esse valor. Mas gostaria muito de registrar que as preocupações levantadas pelo conselheiro Henrique continuam
 242 ainda em aberto, não foram totalmente respondidas. Participei do GT que deu origem à diretriz normativa sobre
 243 a revisão dos valores, que foram aprovados não no Pleno deste Conselho, mas pela Câmara Normativa e Recursal,
 244 e acredito que esse assunto deveria voltar a ser discutido, porque existem alguns pontos que, no meu
 245 entendimento, ainda precisam de um esclarecimento maior e de esclarecimentos mesmo sobre o porquê de se
 246 fazer dessa maneira.” Manifestação da Presidência. Presidente Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira: “A
 247 minuta de Deliberação foi aprovada com 32 votos favoráveis e quatro ausências. Dando continuidade ao que foi
 248 discutido, nós aguardamos o envio das demais considerações que os senhores conselheiros entendam que ainda
 249 precisam de melhor esclarecimento pelo IGAM. Podem ser enviadas para o gabinete ou para a secretaria
 250 executiva, que conseguimos responder os esclarecimentos e, se for necessário, voltamos com esse assunto em
 251 alguma outra reunião.” **7) INDICAÇÃO DE REPRESENTANTE PARA COMPOR A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO**
 252 **CONTRATO DE GESTÃO CELEBRADO COM A ASSOCIAÇÃO PRÓ-CULTURA E PROMOÇÃO DAS ARTES (APPA), NOS**

253 **TERMOS DO DECRETO Nº 47.553/2018. Responsável: Gerência de Monitoramento Hidrometeorológico e**
 254 **Eventos Críticos (GMHEC/IGAM).** Indicado o conselheiro Fernando Neves Lima, representante da Universidade
 255 Federal de Itajubá (Unifei), para compor a Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão Celebrado com a
 256 Associação Pró-Cultura e Promoção das Artes (Appa), nos termos do Decreto nº 47.553/2018. **8) APRESENTAÇÃO:**
 257 **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA CONSERVAÇÃO DA ÁGUA EM MINAS GERAIS. Responsável: Assessoria de**
 258 **Programas, Projetos e Pesquisa em Recursos Hídricos (ASPRH/IGAM).** Ivone de Sousa Nascentes Morgado, do
 259 IGAM, fez apresentação do planejamento e das prioridades e estratégias para implementação do Plano Mineiro
 260 de Segurança Hídrica. Após a exposição, foram registradas as seguintes contribuições dos conselheiros.
 261 Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibiam: “Uma sugestão, eu não sei se esse trabalho existe, e
 262 talvez não fosse uma competência da SEMAD ou do IGAM fazer isso. Mas nós que militamos nessa área de
 263 recursos hídricos vemos muitos planos de vários setores, planos setoriais. Inclusive, a mineração tem o dela; todos
 264 os setores usuários têm seus planos. Vocês têm algum levantamento de quais são os planos do Estado que
 265 dependem ou têm alguma conexão, interação com essa segurança hídrica na forma como está? Recentemente,
 266 vimos algumas denúncias aqui na própria Câmara de Vereadores sobre uso de água na Bacia do Velhas, conflitos
 267 de uso; são muitas denúncias localizadas. E eu fico pensando que, muitas vezes, no próprio Plano de Segurança
 268 Hídrica, vocês têm as ações estratégicas, e existem ações que estão sendo planejadas e implementadas que não
 269 consideram esse plano. Então fico pensando, a população fica sem saber, porque é o planejamento master, vamos
 270 colocar isso. Se vocês têm alguma lista de quantos planos setoriais o Estado possui e que precisam interagir com
 271 o Plano de Segurança Hídrica.” Ivone de Sousa Nascentes Morgado/IGAM: “O plano de ação vai ser usado dentro
 272 do Plano Estadual de Recursos Hídricos. As propostas de ações vão compor parte das ações previstas dentro do
 273 PERH. Ou seja, o nosso compromisso com o PMSH hoje dobra de tamanho, porque ações que estão previstas
 274 dentro do PERH sabemos que têm que ter uma busca muito grande de implementação. Nós estamos em processo
 275 de construção de como vai ser a articulação para que implementemos propriamente dito. A Unidade Agregada
 276 66 vai ser o nosso início de trabalho. Ela está no SF10. Essa 66, onde estamos querendo começar a trabalhar, tem
 277 todas essas ações que precisam ser desenvolvidas. A nossa proposta, inicialmente, como é o início de uma
 278 construção, temos que ver aquilo que realmente vai dar certo. Está em processo de estruturação dentro do PERH,
 279 dentro da coordenação, e que ainda precisa ser validado tanto pelo gabinete quanto pelo diretor-geral. Nesse
 280 primeiro momento, vamos fazer um apanhado, levantar, fazer uma reunião com esses municípios que compõem
 281 essa região e verificar se aquelas propostas de ações fazem sentido para eles, se aquela listagem de projetos faz
 282 sentido e se tem alguma coisa que está sendo executada. Ou seja, essa construção vai ser feita sentando com as
 283 prefeituras, com os Comitês de Bacia das regiões, com as Agências de Bacia. Em cima disso, vamos articular um
 284 núcleo com relação a fontes de financiamento, o que pode ser executado. A ideia é trazer essas ações e programas
 285 que já estão executados para compor o PMSH, porque isso é ganho para o Estado. A ideia é realmente absorver
 286 tudo que está sendo feito em cada ponta do Estado.” Conselheira Ana Silvia Gama Pereira Barbosa/SEE: “Eu quero
 287 parabenizar pela apresentação. Tivemos no Estado um período longo de planejamento, e acho que consolida esse
 288 olhar geral sobre o Estado. Quando você disse do envolvimento da Secretaria de Educação, dizer o quanto isso é
 289 importante para nós. Eu reitero a fala da Maria de Lourdes com relação a essa diversidade. Eu vi o início do
 290 trabalho dessa intercessão, do mapeamento do que está acontecendo em todo o território. E aproveito para
 291 convidar vocês a fazer uma mobilização também junto à Secretaria com o novo gestor da casa, para fazer essa
 292 apresentação e trazer esse olhar como um todo. E informo também que, provavelmente, esta é a última reunião
 293 de que eu participo, que a casa vai indicar outros profissionais para representar a Secretaria no Conselho, mas
 294 fico à disposição para fazer esse diálogo, essa busca de agendamento, de vocês trazerem isso com a propriedade
 295 que têm para apresentar ao secretário, para que possamos mobilizar as escolas, que é um dos nossos principais
 296 públicos, a comunidade escolar, da formação dessa galerinha que vai assumir os nossos postos e pôr a mão na
 297 massa. E dizer também que temos várias iniciativas, tanto de participação de profissionais e estudantes nos
 298 Comitês de Bacia Hidrográfica, nas Regionais, no trabalho feito no ano passado na Conferência Nacional
 299 Infantojuvenil pelo Meio Ambiente. Então a turma está animada, mobilizada, só que precisa realmente desenhar
 300 essa trilha, esse caminho, de forma a envolver os processos de aprendizagem também na formação dos alunos e
 301 dos profissionais. Então fica o convite para uma provocação à Secretaria e apresentação ao secretário, aos
 302 subsecretários, das ações que estão sendo postas. E eu fico à disposição para outros momentos também, seja
 303 aqui no Conselho ou fora dele.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFGO: “Nós temos no Estado, salvo engano, 36
 304 Circunscrições Hídricas, que são a base para a existência, inclusive, dos Comitês de Bacia Hidrográfica; sendo que

dois do Grande e dois do São Francisco se reuniram, mas as Circunscrições. Eu aproveito, Ivone, para parabenizar, em seu nome, toda a equipe, que trabalhou bastante para realizar esse trabalho que vem sendo construído já há três anos, se não estou enganado, e tem um resultado bastante interessante e que acho que deve ser consideração obrigatória para a revisão dos Planos de Bacia. Porque os dados existentes em toda a política de prevenção precisam ser incorporados aos Planos de Bacia. Não sei se cabe a este Conselho Estadual fazer uma recomendação ou uma diretriz normativa para que o resultado do trabalho do IGAM seja um item de consideração na revisão ou na elaboração dos Planos de Bacia. Só que eu observei que vocês criaram uma regionalização a partir das ottobacias; são as unidades agregadas. Eu queria manifestar, senhora presidente, uma preocupação que já demonstrei em outras instâncias, como na Câmara Técnica de Planejamento, que nós temos uma série de subdivisões territoriais que talvez seja salutar para o Estado revisar esses agrupamentos territoriais. Por exemplo, será que há razão ainda para a existência dessas duas Circunscrições Hidrográficas que agora estão fundidas sob a administração de um único Comitê, no caso, Nascentes do Rio Grande, GD1 e GD2, na margem esquerda do São Francisco? Será que essas unidades não teríamos que refazer um processo de planejamento para pensar numa condição mais racional de administração territorial das águas no Estado de Minas?” Presidente Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira: “Eu ia comentar que a norma que institui essa divisão territorial no Estado é por meio de uma Deliberação Normativa do Conselho. Estamos sempre abertos a trabalhar na alteração dessa norma. Se for realmente uma demanda do Conselho, podemos formar um grupo de trabalho ou alguma instituição nesse sentido. Os conselheiros podem ficar à vontade para nos demandar nesse sentido. Sobre a integração com o Plano Mineiro, dos Planos Diretores, também estamos fazendo a revisão do Plano Estadual de Recursos Hídricos. Já até começou essa discussão na CTEP, Câmara de Planejamento. Planejamos apresentar as ações já na próxima reunião da CTEP e, posteriormente, aqui no Plenário, que já prevê essa integração com o Plano Mineiro de Segurança Hídrica; esse apresentado aqui hoje, que teve usada grande parte como base para revisão desse Plano Estadual. Como também a gerência que está coordenando a revisão desse Plano Estadual é a mesma responsável pela atualização dos Planos Diretores. Então é uma diretriz que já está posta para o IGAM de tentarmos fazer essa integração de todos os Planos que estão sendo elaborados e que já estão postos.” Conselheiro Sylvio Luiz Andreozzi/UFG: “Eu queria perguntar para a senhora se a minha manifestação aqui já não é necessária para motivar o Conselho a repensar ou abrir um grupo de trabalho para essa questão. Que eu acho que é uma questão, inclusive, para aproveitar esse trabalho de planejamento feito pelo próprio IGAM, para tentarmos encontrar uma racionalidade maior. O Estado de Minas tem uma quantidade muito grande de regionalizações. Acho que cada Secretaria de Estado trabalha em cima de uma regionalização e com os seus motivos. Mas como estamos trabalhando com recursos hídricos eu creio que, pelo menos dentro do IGAM ou das competências do recurso hídrico, nós poderíamos pensar num processo de regionalização único. É a minha sugestão. Eu estou fazendo uma solicitação.” Presidente Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira: “A secretaria executiva anotou a sua sugestão, e no IGAM vamos ver qual a melhor forma, de acordo com o nosso Regimento Interno, para dar encaminhamento para essa sugestão. Vamos conversando com você e os demais conselheiros que também tiverem interesse em contribuir com essa pauta.” Conselheiro José Antônio da Cunha Melo/Abes: “Eu represento a Abes também no Comitê do Paraopeba e queria fazer uma referência a todos nós. Nós temos, através do Paraopeba, um convênio dentro daquele grande acordo da Vale do Rio Doce com o governo do Estado e a Promotora Pública. Temos recursos encaminhados ao BDMG para determinados tipos de ação, especialmente os Planos Municipais de Saneamento. Eu acho que seria oportuno fazer essa interligação, porque no caso resolve um dos problemas muito sérios que todos nós temos que é recurso financeiro, já dentro desse elenco de atividades possíveis e prováveis. O BDMG foi até nós, até o conselho, da vez passada, a Sra. Sara, apresentou quais são as disponibilidades e exigências necessárias para que a prefeitura se candidate ao acesso a esses recursos. Mas com certeza alguns dos principais são a execução e o financiamento do Plano Municipal de Saneamento. Então eu acho importante um assunto dessa envergadura mais abrangente do que apenas saneamento, já que nós estamos no universo de recursos hídricos, que isso pudesse ser de certa forma interconectado, de tal maneira que já tenhamos o cumprimento da responsabilidade do Banco de Desenvolvimento. O Comitê do Paraopeba participa dessas decisões com indicações de representantes do Comitê dentro de cada município. Eu já estou participando de Caetanópolis e de Brumadinho como representante do Paraopeba e vejo que outros conselheiros participam de outros Planos Municipais e outras atividades que são desenvolvidas; e também há recursos para isso. Eu queria pedir aos senhores, à Ivone ou a quem de direito, que fizessem interconexão com a Sara, do BDMG, que é um programa daqueles recursos que já existem, de tal maneira que possamos aproveitar alguma coisa das

orientações do PMSH e incrementar em alguma atividade que já tem cobertura financeira e que, evidentemente, faz parte desse universo nosso de preocupação com a manutenção dos recursos hídricos e da população da Bacia do Paraopeba. Nesse caso, do Paraopeba, mas não de existir outros programas que já têm recurso, e procurar fazer uma coisa mais ativa no sentido de já ter um recurso para fazer aquilo que está previsto. Era essa a minha sugestão. Meus parabéns a todas as pessoas envolvidas nesse belo documento que vocês fizeram.” Presidente Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira: “Obrigada, José Antônio. É importante você falar dessa questão do BDMG tendo recurso para ações voltadas para recurso hídrico. Muito importante. Nós estamos elaborando agora o decreto que institui o ‘Somos Todos Água’. Estamos em processo de elaboração de Análise de Impacto Regulatório, da minuta do decreto para ser aprovada, primeiramente, pela direção e depois ir para as outras casas, envolvimento e articulação política. Mas está no nosso radar uma previsão de implementarmos alguma coisa nesse sentido, criar um núcleo, alguma coisa para que possamos buscar essa questão de financiamento e fazer uma ponte entre as fontes de financiamento e os municípios, as regiões realmente interessadas.” Conselheiro José Antônio da Cunha Melo/Abes: “Vocês poderiam encaminhar à Sara e fazer um trabalho conjunto. Já tem recurso, então, quando estiverem na execução do Plano Municipal de Saneamento de uma série de municípios da Bacia do Paraopeba, incrementem essas ações, que são importantes. Se, porventura, não tiverem já incorporado, incorporem, porque são ações positivas, estudadas e que já têm recurso para fazer. Essa era a ideia.” Presidente Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira: “Obrigada, conselheiro José Antônio. Só para dar uma atualização ao Sylvio, o pessoal da equipe me avisou que o objetivo de revisar a divisão territorial já é uma ação prevista no Plano Estadual de Recursos Hídricos, já está no nosso radar para executar nos próximos anos. Então é muito bom ter esse respaldo também dos conselheiros e contamos com a sua contribuição nesse trabalho de revisão das Circunscrições Hidrográficas e os Comitês de Bacia do Estado.” **9) ASSUNTOS GERAIS.** Presidente Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira: “Eu queria aproveitar este momento de assuntos gerais para registrar que na próxima sexta-feira, dia 17 de julho, o IGAM completa 29 anos de criação. São quase três décadas dedicadas à gestão das águas em Minas Gerais, e isso só é possível graças ao trabalho comprometido de cada servidor e servidora que faz o instituto acontecer no dia a dia. Então eu queria aproveitar este momento para deixar o meu reconhecimento e agradecimento a todos os servidores e servidoras do IGAM por todo esse esforço e dedicação à causa das águas. Foram 29 anos de muitas conquistas desde a promulgação da Lei 12.584, em 97, que alterou o Departamento de Recursos Hídricos (DRH) para o IGAM. Olhando para o futuro, nós temos desafios ainda muito importantes, mas temos confiança de que com a nossa equipe, em parceria também com este plenário, este Conselho, o IGAM vai continuar sendo referência e pioneiro na gestão das águas em todo o Brasil. Deixo os parabéns antecipados ao IGAM, a todos os servidores e a todo mundo que faz parte dessa história.” Conselheira Maria de Lourdes Pereira dos Santos/Ibram: “Como eu entrei no DAE em 1985, só para lembrar que o IGAM é uma continuidade do Departamento de Água e Energia, da década de 40. O DAE é mais antigo do que a Cemig. Depois do DAE, nós fomos DRH, depois IGAM. Parabéns para vocês, belo trabalho.” Conselheiro José Antônio da Cunha Melo/Abes: “Eu queria comentar também que a Abes existe nessa parceria com o Estado desde antes de ser criada a SEMAD. A Abes participou, desde o início, da comissão que foi criada no governo para desenvolver a possibilidade de se criar a SEMAD, a Secretaria de Meio Ambiente. Também temos orgulho de estar participando dessa luta nossa. E parabéns para o IGAM, mais uma vez, e para a Maria de Lourdes, que desde lá estamos juntos na luta.” **10) ENCERRAMENTO.** Não havendo outros assuntos a serem tratados, a presidente Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a sessão, da qual foi lavrada esta ata.

398
399
400
401
402
403

APROVAÇÃO DA ATA

Clara Oyamaguchi Pinheiro de Araújo Moreira
Presidente suplente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos